



destaques do mês

Pacote de redução da tarifa elétrica frustrou indústria

A redução das tarifas, que no setor industrial deveria chegar entre 20% e 25%, não passou de 10%, insuficientes para que os custos nacionais se tornassem competitivos. O peso maior recaiu sobre o mercado livre de energia, que alimenta cerca de 70% do PIB nacional. A principal razão para esse desdobramento negativo foi o acionamento das termoeletricas por um período mais longo. Muitas ainda não foram desligadas. A culpa, segundo especialistas, não seria apenas do volume menor de chuva que caiu no último verão, mas sobretudo da falta de planejamento no uso dos reservatórios. Segundo um levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), "o custo das distribuidoras como um todo é da ordem de R\$ 100 bilhões". Nos cálculos da Confederação, "o custo das termelétricas pode chegar a R\$ 10 bilhões, o que significa que está tirando do sistema 10% dos 20% que foram dados", diz José Mascarenhas, Presidente do Conselho de Infraestrutura da CNI e Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). As atenções já estariam se voltando para o Paraguai, que "pratica uma tarifa muito abaixo da nossa", diz Mascarenhas. "É possível que haja uma fuga de empresas para aquele país, de setores como alumínio, por exemplo" afirma. (02.09.2013 – Valor Econômico)

Governo será implacável com responsáveis por falhas no setor elétrico, diz Lobão

Em evento no Rio de Janeiro no dia 3 de setembro, o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que o Governo será implacável na fiscalização e punição dos responsáveis por problemas no setor elétrico. Em agosto, uma falha deixou às escuras todos os Estados da Região Nordeste. "Estamos aperfeiçoando todos os mecanismos de prevenção e controle dos acidentes e determinamos o aumento do rigor na fiscalização e na definição das responsabilidades e penalidades. Seremos implacáveis nessa direção", afirmou. O Ministro voltou a afirmar que o Governo não cogita "neste momento" do reajuste de combustíveis e disse que a Petrobras sempre pede ajustes nos preços. "Tem sempre a preocupação de não permitir que modificações no caminho causem uma turbulência que gere inflação. O fato da Petrobras pedir é uma obrigação dela. Ela pede sempre". Lobão também afirmou que os investimentos da Petrobras não serão comprometidos. "Esse argumento de que a Petrobras tem os investimentos comprometidos é antigo. Ela nunca deixou de fazer os investimentos que deve". Segundo ele, a Petrobras deve encerrar o ano com lucro de mais de R\$ 20 bilhões neste ano. Em 2012, foi de R\$ 21,18 bilhões. "Ela vai cumprir rigorosamente o seu cronograma de investimentos." O Ministro também afirmou que a energia solar será incluída no leilão A-5, que deve ocorrer em dezembro. Na semana passada, Lobão já havia dito que não se cogita agora de um aumento no preço dos combustíveis. A Petrobras busca

painel

■ Leilão A-3 é adiado para 18 de novembro

O leilão A-3, que estava marcado para acontecer no dia 25 de outubro, foi adiado para o dia 18 de novembro de 2013. O certame vai negociar contratos por quantidade para empreendimentos hidrelétricos e por disponibilidade para empreendimentos a partir de fonte eólica, solar, termelétrica a gás natural, inclusive em ciclo combinado ou a biomassa. Para mais informações acesse: www.epe.gov.br

■ ANP publica edital e modelo de contrato da 1ª rodada do Pré-sal

A ANP publicou no dia 3 de setembro, em edição extra do Diário Oficial da União (D.O.U.), o comunicado que informa estarem disponíveis o edital e o modelo de contrato da 1ª Rodada do Pré-sal. A 1ª Rodada do Pré-sal será realizada no dia 21 de outubro de 2013. Faz parte do edital o cronograma atualizado de procedimentos e eventos da rodada. Para mais informações acesse: www.anp.gov.br

alinhar os valores no mercado interno com o exterior. Sobre a possibilidade de religar as térmicas no Nordeste, disse que isso será feito se necessário. "Eu gostaria que não fosse necessário, mas se for, nós faremos isso. Já desligamos algumas térmicas nas reuniões anteriores. Na ocasião eu disse que se fosse necessário, mais tarde, religar alguma térmica, nós o faríamos. O fato é que não podemos correr riscos." O diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema), Hermes Chipp, afirmou no mesmo evento que poderá sugerir a ativação de térmicas no Nordeste, uma vez que o atual nível dos reservatórios está baixo. Segundo Chipp, os reservatórios na Região estão em torno de 37%. "Existe a possibilidade, sempre existe". A sugestão será feita em reunião amanhã do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. (04.09.2013 – adaptado da Folha de São Paulo)

Erro de Ministério limita o uso da energia do Madeira

Um grave erro de planejamento do Ministério de Minas e Energia impedirá que parte da energia produzida até o fim do ano pelas duas usinas do rio Madeira, em Rondônia, seja escoada para o restante do País. Se toda a geração de Santo Antônio e de Jirau for transmitida para o sistema interligado nacional, há risco de queima das turbinas instaladas, o que causaria prejuízos gigantescos. Juntos, os dois empreendimentos estão orçados em quase R\$ 30 bilhões. A restrição só será resolvida em dezembro, com a instalação de equipamentos que estavam fora do projeto original das usinas. Enquanto isso, a alternativa é limitar o escoamento a um nível muito inferior ao previsto. Dos 3.030 MW de potência instalada até dezembro nas duas usinas, conforme a previsão original das empresas, apenas 1.100 MW poderão ser efetivamente destinados ao abastecimento. Caso haja tentativas de escoar mais energia do que esse limite operacional, as turbinas das hidrelétricas correm o risco de queimar. Esse desperdício só não será tão grande por causa de uma circunstância que também não pode ser motivo de comemoração: houve atraso nas obras de transmissão. Além disso, a usina de Jirau tem sua entrada em operação condicionada ao enchimento do reservatório e à conclusão da montagem eletro-mecânica. As hidrelétricas do Madeira deverão estar com pouco mais de 2 mil MW de potência instalada até o fim do ano. E as turbinas já em funcionamento não poderão ser acionadas a plena carga, porque dezembro ainda não é o pico do período chuvoso, atenuando os efeitos do erro de planejamento do Governo. (12.08.2013 – com base em matéria do Valor Econômico)

OGX deve devolver campo de Tubarão Azul à ANP no início do ano que vem

Fontes da Agência Nacional do Petróleo afirmam que o campo deixará de produzir já nos primeiros meses de 2014 e a concessão será devolvida à Agência. A Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) estima que o campo de Tubarão Azul, da OGX, deve parar de produzir já nos primeiros meses de 2014, não passando do primeiro semestre, segundo uma fonte da agência. Com isso, a concessão deve ser devolvida à Agência pela petroleira de Eike Batista. O campo, localizado em águas rasas na Bacia de Campos, era o único de óleo da OGX em atividade. Em junho deste ano, a petroleira surpreendeu o mercado ao anunciar que Tubarão Azul, que iniciou a produção no ano passado, deverá parar de operar no ano que vem. A OGX continua cumprindo o cronograma para o início de atividades de Tubarão Martelo, campo

da empresa que desperta esperanças de produção na OGX e na ANP. Uma plataforma está prevista para chegar em setembro. Só depois do início das atividades é que os técnicos da ANP poderão avaliar de fato as perspectivas de produção. (22.08.2013 – O Estado de S. Paulo)

Obras rodoviárias do PAC têm atraso de até sete anos

As nove principais obras rodoviárias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apresentam atrasos de dois a sete anos, considerando-se o tempo decorrido entre a previsão de conclusão anunciada no PAC 1 e a atual. O levantamento feito pelo Valor Econômico tomou por base os dados fornecidos pelo Ministério dos Transportes. Dessas obras, oito estão em fase de execução. Só uma foi concluída, em maio de 2012, com dois anos de atraso: a pavimentação da Rodovia BR-163 no trecho entre Garantã do Norte (MT) e a divisa entre os Estados de Mato Grosso e Pará. Segundo as informações do Ministério, há trechos de obras rodoviárias com atraso de sete anos, como é o caso do Túnel Morro dos Cavalos, parte integrante do projeto da Rodovia BR-101, que prevê ainda a construção do Morro do Formigão e a travessia da Lagoa do Imaruí (SC). Pela previsão dada em 2007 (PAC 1), o Morro dos Cavalos deveria estar concluído em 2010, porém ainda dependia do projeto executivo na ocasião. Agora o prazo determinado pelos gestores do PAC é dezembro de 2017. Para Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), a falta de cumprimento de prazos e orçamentos em obras rodoviárias inseridas no PAC pode ser creditada a diversos fatores "Alguns deles poderiam ter sido evitados, outros nem tanto." Obras de infraestrutura, por experiência, estão sempre sujeitas a interferências e imprevistos, observa ele. "Primeiro, porque nem sempre se sabe com exatidão o que será encontrado quando as escavações começam; segundo, porque há inúmeros órgãos públicos, muitos deles com poderes de veto, envolvidos nas ações de licenciamento, controle e fiscalização", diz Godoy. "Nem sempre esses órgãos públicos funcionam em sintonia." Técnicos do Ministério, por seu lado, argumentam que as diferenças das datas previstas para conclusão de obras refletem o período de transição que viveu o País, tanto no que se refere ao setor público (planejamento) quanto ao privado (projeto/construção). (22.08.2013 – Valor Econômico)

Hidrovias são melhor alternativa de logística para distância mais longa

Especialistas têm defendido as vantagens do modal hidroviário sobre o rodoviário no transporte da produção do agronegócio, que novamente deverá colher uma super safra. A matriz ideal depende da localização da produção. "De modo geral, até 500 quilômetros de distância entre o local de produção e de exportação, nenhum outro modal bate a rodovia", resume Luiz Fayet, consultor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Isso porque a rapidez do caminhão aliada à flexibilidade do modal, que dispensa o transbordo, geram o esperado resultado positivo. Nas distâncias maiores, necessariamente a ferrovia e a hidrovia têm grandes contribuições a dar para reduzir o custo da movimentação. Como atualmente o excedente da produção agrícola direcionado

à exportação está na região Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, onde há grandes deficiências de infraestrutura, essa produção desce para os portos do Sul e Sudeste, formando os gargalos que encarecem a logística e entopem as vias de acesso ao embarque. A maior parte da soja produzida em Sorriso (MT) é escoada via porto de Santos (SP), percorrendo uma rota de dois mil quilômetros, cujo frete chega a custar US\$ 145/tonelada. Considerando mais US\$ 45/tonelada para chegar a Xangai, na China, o custo dessa exportação fica em US\$ 190/tonelada. Os Estados Unidos vendem sua soja ao mesmo cliente por US\$ 71/tonelada. Cálculos da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) registram crescimento de 203% no preço do frete brasileiro entre 2003 e 2011, ante aumento de 53% dos Estados Unidos e 43% da Argentina, os dois maiores competidores do Brasil. A oferta de hidrovias é bastante precária. Apenas alguns trechos da hidrovia Tietê-Paraná e da hidrovia do rio Madeira, na Amazônia, são usados. "Os rios potencialmente navegáveis não oferecem estabilidade para o transporte regular, por falta de obras de dragagem e de sinalização", explica Edeon Vaz Ferreira, diretor executivo do Movimento Pró-Logística do Mato Grosso. Um exemplo é a difícil operação de duas empresas no rio Madeira, a Bertolini e a Hermasa. Quando o rio está alto, elas conseguem transportar comboios de 40 mil toneladas. Nas fases em que o rio está baixo, os comboios não podem ter mais do que 6 mil toneladas. "O papel do poder público deve ser de prover essas obras para garantir a estabilidade da navegação, e a iniciativa privada investe na operação", afirma. A conclusão das obras da BR-163, prevista para 2014, alia-se à estratégica intermodalidade do Norte, que vem sendo requerida pelo agronegócio. Os oito terminais que a iniciativa privada está construindo na Região ampliarão as condições de escoamento em ritmo de 3 milhões de toneladas ao ano. A intenção é de que a capacidade de movimentação desses terminais passe dos atuais 10,8 milhões de toneladas para 50 milhões de toneladas até o ano de 2020. (20.08.2013 – Valor Econômico)

Anatel quer oferecer 300 mil “orelhões” com WiFi no País

O Presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), João Rezende, afirmou na segunda-feira 19 de agosto que 300 mil “orelhões” serão modernizados no País e deverão oferecer wifi. Além disso, 400 mil serão desativados, 40% do existente atualmente. A Anatel quer antecipar a massificação da internet 3G e 4G no País "Nós temos hoje 1 milhão de “orelhões” e a maioria deles é subutilizada. A ideia é modernizarmos 300 mil", afirmou em evento na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Ele afirmou que uma parte dos “orelhões” será mantida como hoje, para atender a Regiões onde ainda são muito utilizados. A estimativa é que 300 mil sejam mantidos, 300 mil modernizados e 400 mil possam ser desativados. A mudança ocorrerá na revisão do contrato de concessão. A consulta pública começa em março de 2014. Há, atualmente, um projeto piloto de “orelhão” com wifi no Rio de Janeiro. Segundo Rezende, ainda é preciso estudar um método de tarifação, o formato de utilização do sistema e, também, decidir quem vai instalar o wifi. A desativação dos 400 mil ocorrerá, pois será preciso fazer uma troca do contrato de concessão. "A empresa, para fazer investimento no wifi, precisa baixar o custo dos “orelhões”. O contrato de concessão prevê equilíbrio econômico-financeiro deste investimento." A previsão é que os novos “orelhões” entrem em funcionamento entre 2015 e 2016. (19.08.2013 - Folha de São Paulo)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.180	2.899	3.056	3.965	3.667	15.767
Otimista	2.180	2.899	3.056	4.421	3.667	16.222

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	818	1.267	1.350	0	0	3.435
Otimista	956	1.937	1.480	650	0	5.023

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	1.468	1.970	664	0	0	4.102
Otimista	1.928	4.535	2.490	603	115	9.671

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	4.465	6.136	5.070	3.965	3.667	23.304
Otimista	5.064	9.371	7.026	5.674	3.781	30.916

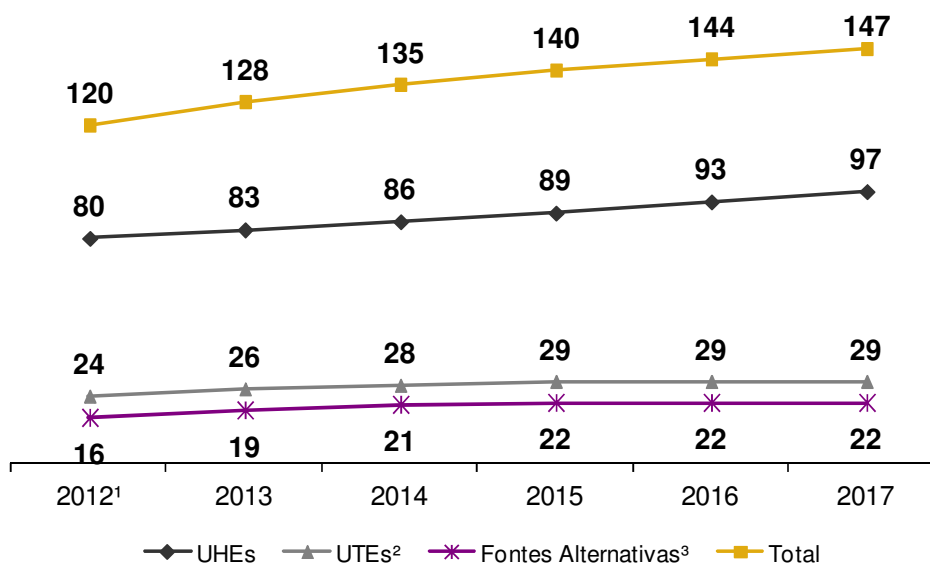
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,5% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de julho de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 30,9 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,7% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

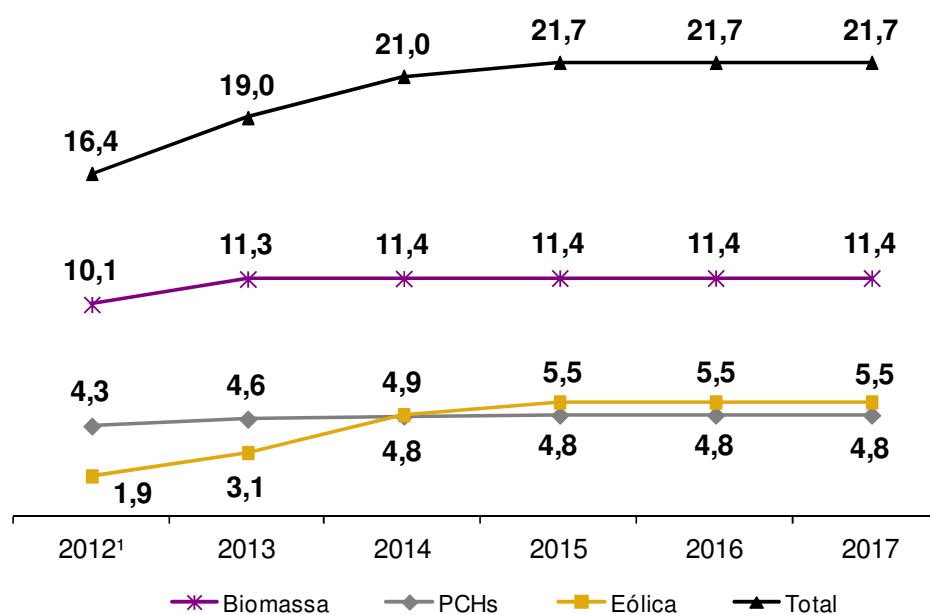
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 21% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 22% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e não deve sofrer alteração até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve permanecer em 20%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,9% e 2%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 16,2 mil MW de UHEs até 2017. Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Baixo Iguaçu (PR) apresenta restrição para a contratação de 320 MW, Cachoeira Caldeirão (AP) apresenta restrição de contratação de 219,00 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 15,8 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 5 mil MW até 2017, sendo que cerca de 3,4 mil MW (68%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com 16 unidades geradoras em operação comercial e cinco em fase de comissionamento, com previsão de entrada em operação de forma sequencial, nas próximas semanas. A expectativa da Santo Antônio Energia é de totalizar pelo menos 24 máquinas em geração até dezembro de 2013.

Essas máquinas estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pela Santo Antônio Energia. Porém o despacho da UHE Santo Antônio está limitado à capacidade do sistema regional até a entrada em operação do Sistema de Transmissão do Madeira.

A conexão final ao sistema interligado nacional, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do primeiro bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira, em extra alta tensão. A linha de transmissão em corrente contínua em 600 kV, que faz parte do Sistema de Transmissão do Madeira, está em fase final de implantação e testes. As Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 estão em comissionamento, junto com a Linha de Transmissão em 600 kV.

A geração comercial da primeira unidade da hidrelétrica de Jirau, agora reprogramada para setembro de 2013, está condicionada e à realização dos testes de comissionamento.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 365 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação 1,0 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

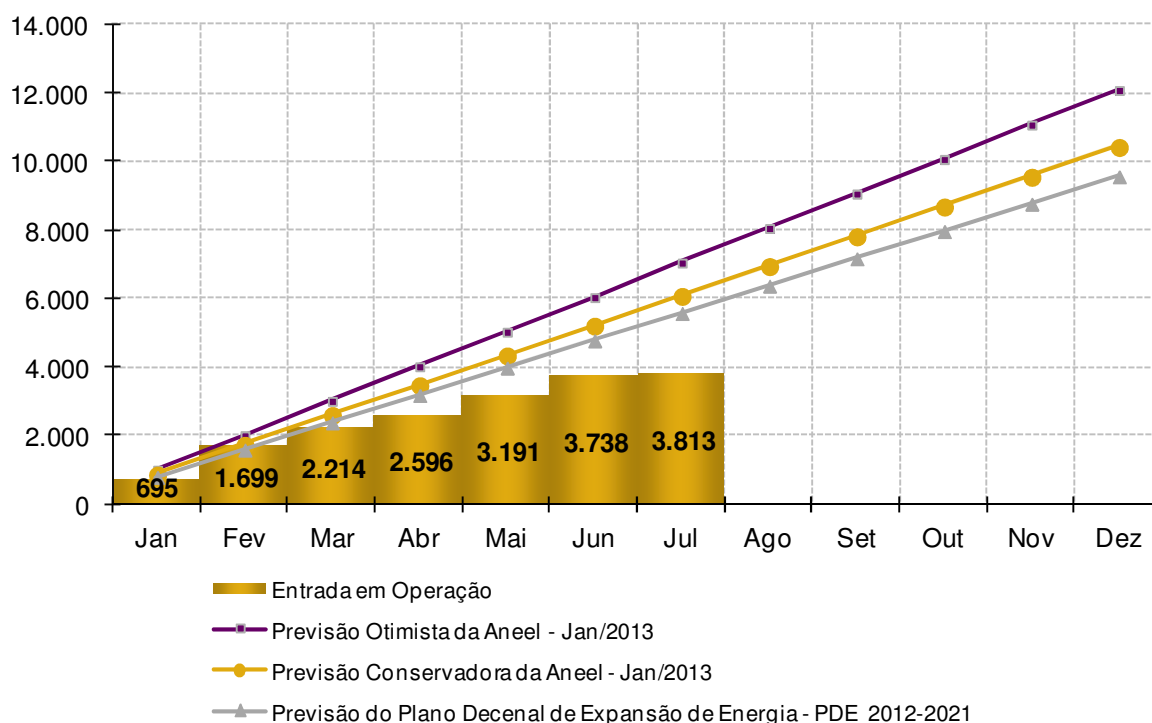
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 429 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,5 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7,2 mil MW, apenas 46% da potência (3,3 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

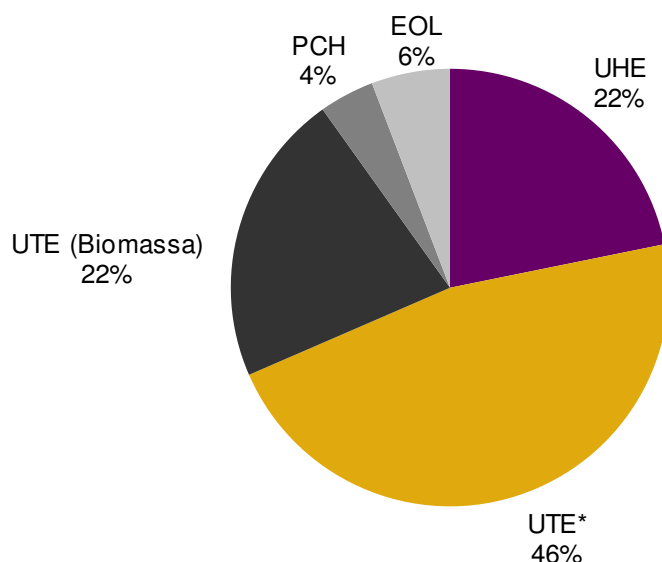
Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de julho de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de julho, entraram em operação 3,8 mil MW. Desse total, as UTEs representaram 46% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 22% da potência total instalada, as UHEs representaram 22%, as PCH e as EOL representaram 4% e 6% respectivamente, da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de julho de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em julho de 2013, 37.760 GWh, apresentando um valor 5% superior ao observado em julho de 2012 e um valor 3% superior no acumulado do ano.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.507 GWh, valor 2% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi similar ao de julho de 2012. O consumo industrial de energia elétrica representou 41% do total fornecido a consumidores livres e cativos em julho de 2013.

De acordo com a EPE, o desempenho da indústria foi aquém do projetado para o período quadrimestral. A previsão original (1ª Revisão Quadrimestral) estimava um crescimento do consumo industrial, em 2013, de 2,0%, enquanto o acumulado até julho contraiu-se em 0,2%. Essa previsão tinha como premissa uma progressiva recuperação da produção industrial ao longo do ano em níveis que, até o momento, não se concretizaram. É especialmente crítico o caso da metalurgia básica, cujo nível de produção física em junho se encontrava abaixo dos níveis de 2010 e 2011, nesse mesmo mês. De fato, a metalurgia básica, segmento com forte vertente exportadora, vem se ressentido muito da conturbada situação econômica mundial. Setores como o de alumínio, o de siderurgia e o de ferroligas vêm operando sistematicamente em baixos níveis de utilização da capacidade instalada.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Julho 2012	Julho 2013	Var. %	Jan-Jul 2012	Jan-Jul 2013	Var. %
Residencial	9.274	10.032	8	68.094	72.395	6
Industrial	15.218	15.507	2	106.379	105.998	0
Comercial	6.033	6.460	7	45.734	48.277	6
Outras	5.390	5.761	7	38.912	40.296	4
Total	35.915	37.760	5	259.119	266.966	3

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de julho de 2013 foi de 65 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume praticamente similar ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 5% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em julho de 2013 foi de aproximadamente 24,6°, sendo que 9,8% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 62,5% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 27,6% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

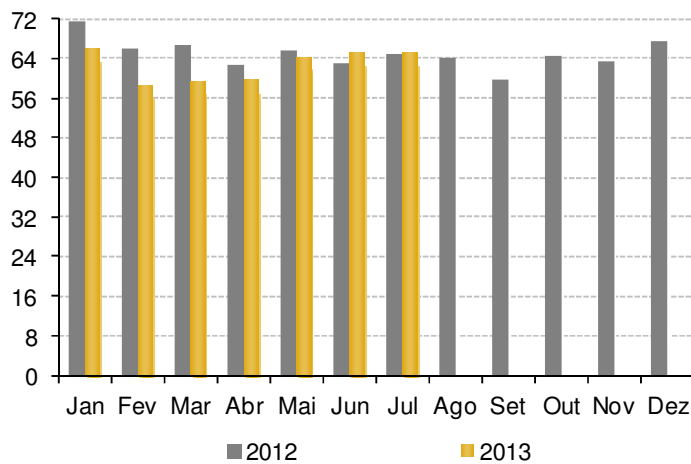
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em julho de 2013, foi de 67 milhões de bep. Esse volume foi 12% superior ao observado em julho de 2012. No acumulado do ano, o processamento foi 10% superior.

De acordo com a ANP, em julho de 2013, cerca de 92% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em julho de 2013, foi de 8,6 milhões de bep, valor 44% inferior ao exportado em julho de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 43%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

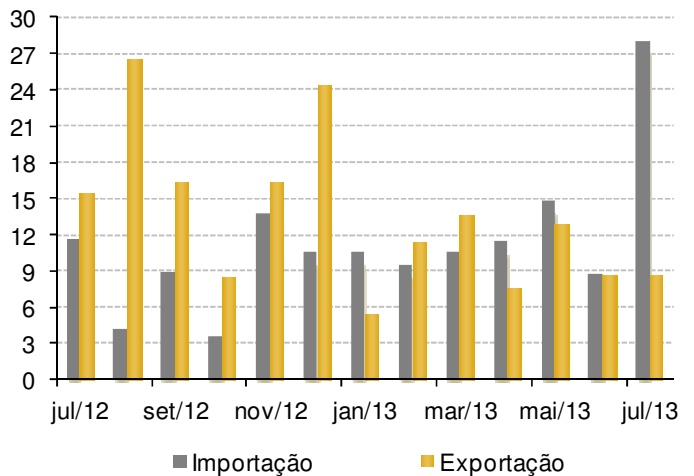
O preço médio do petróleo importado pelo País, em julho de 2013, foi de US\$ 111,90/barril, valor 5,7% superior ao observado em julho de 2012.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



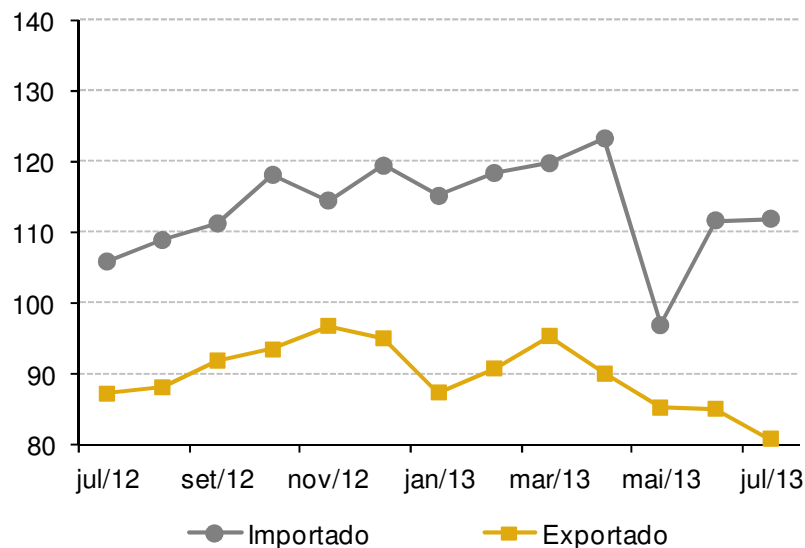
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

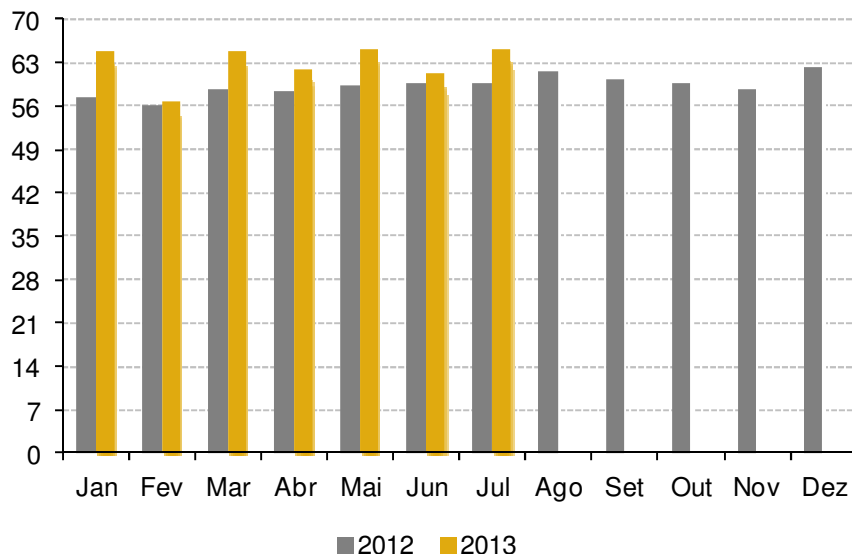


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

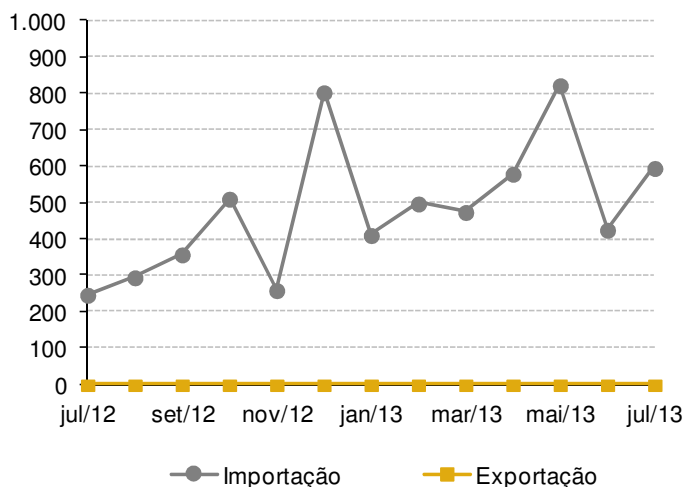
Em julho de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 65 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 9% superior ao produzido em julho de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 8%.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



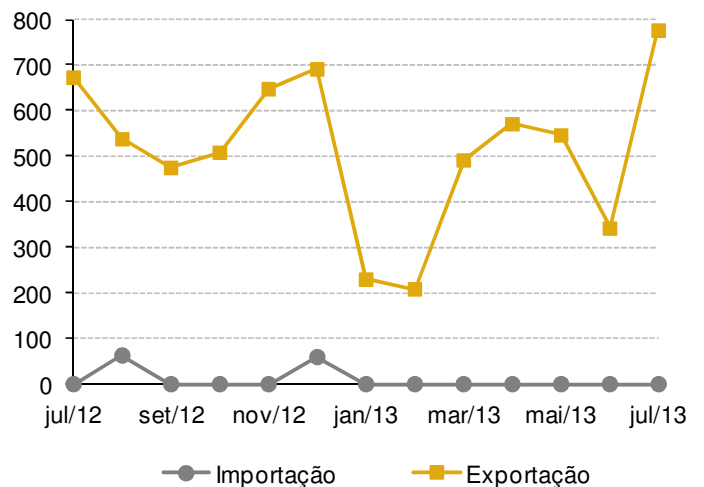
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

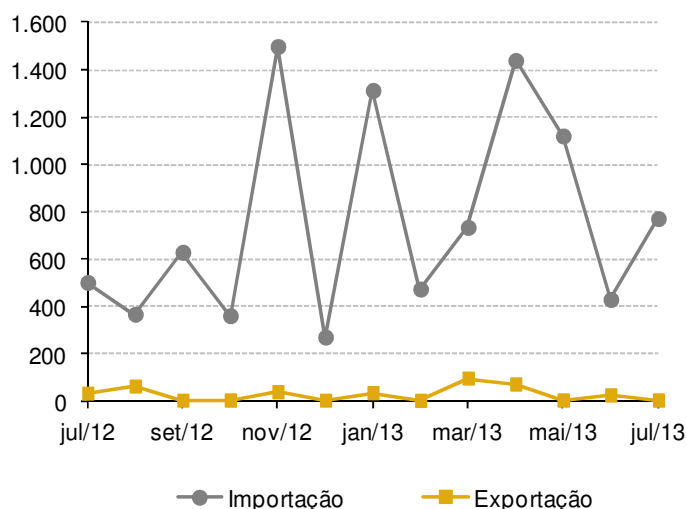


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em julho de 2013, foi de 14 milhões bep, valor 52% superior ao registrado em julho do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 12%.

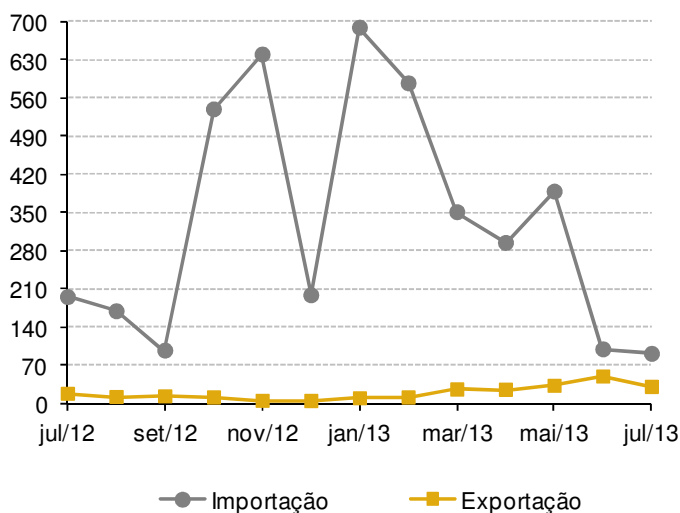
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em julho de 2013, foi constatado um total de 10 milhões bep, o que representa um volume 18% superior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 12% inferior na análise do acumulado do ano.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em julho de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de 27% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de 24 milhões de bep frente a um consumo aparente de 89 milhões de bep. Em julho de 2012, a dependência externa foi de -5%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de -3%. No acumulado do ano, foi observada uma dependência de 15%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Julho/2012	Jan-Jul/2012	Julho/2013	Jan-Jul/2013
Produção de Petróleo (a)	65	461	65	438
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-4	-47	20	26
Imp. Líq. de Derivados (c)	1	35	4	53
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	62	449	89	517
Dependência Externa (e)=(d-a)	-3	-12	24	79
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-5	-3	27	15

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em julho de 2013, apresentou saldo negativo de US\$ 2,8 bilhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 2,8 bilhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 85 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 11 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Julho/2012	Jan-Jul/2012	Julho/2013	Jan-Jul/2013
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.348	11.796	692	5.989
Dispêndio com importação (b)	1.235	8.740	3.144	10.572
Balança Comercial (c)=(a-b)	113	3.056	-2.452	-4.583
Derivados				
Receita com exportação (d)	846	6.645	1.006	5.674
Dispêndio com importação (e)	874	11.179	1.370	12.007
Balança Comercial (f)=(d-e)	-28	-4.534	-363	-6.333
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.194	18.441	1.699	11.663
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.109	19.919	4.514	22.579
Balança Total (i)=(g)-(h)	85	-1.478	-2.815	-10.916

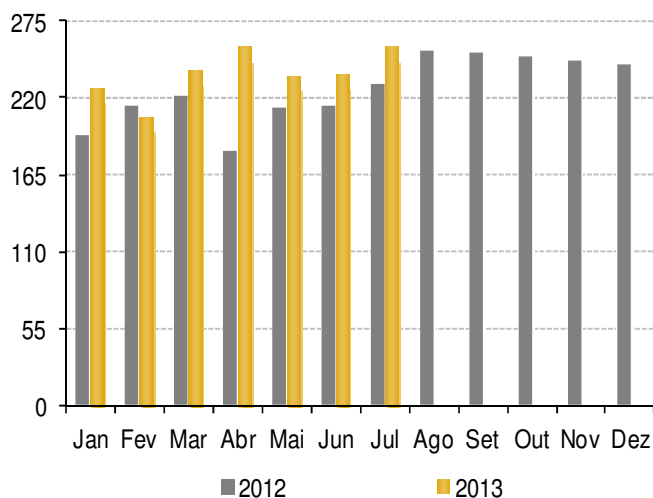
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em julho de 2013, foi de 257 mil m³, montante 12% superior ao produzido em julho de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 13% superior.

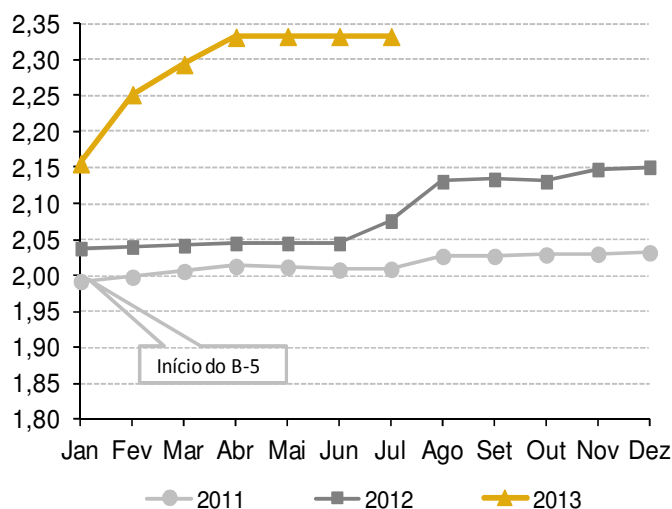
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em julho de 2013, foi de R\$ 2,33/ℓ, valor 12% superior ao observado em julho de 2012.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 30 de junho de 2013, 7.383 mil m³ de álcool, sendo 4.604 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (62%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 37% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 49% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

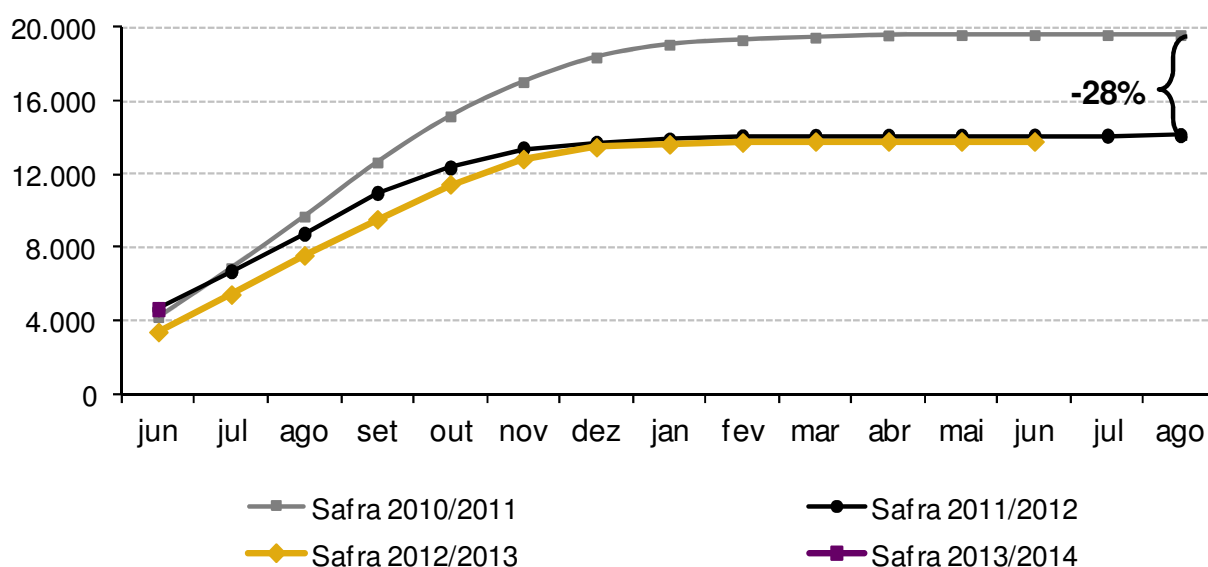
A produção de açúcar apresentou alta. Até 30 de junho de 2013, produziu-se 8,4 milhões de toneladas de açúcar, volume 26% superior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 30 de junho de 2012)	Safra 2013/2014 (até 30 de junho de 2013)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	1.607	2.779	73
Álcool Hidratado (mil m ³)	3.357	4.604	37
Total Álcool (mil m³)	4.964	7.383	49
Açúcar (mil ton)	6.661	8.361	26

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



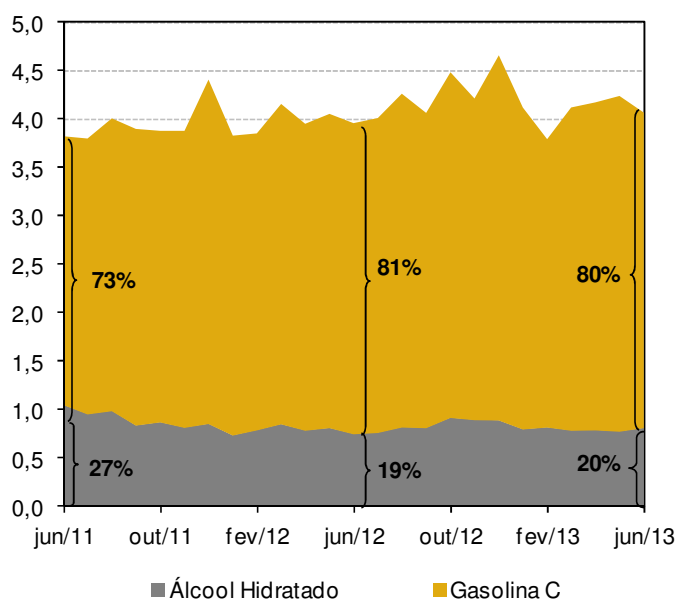
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 813 mil m³ em junho de 2013. Esse número representa um aumento de 8,1% em relação ao volume vendido em junho de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram 1,2% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

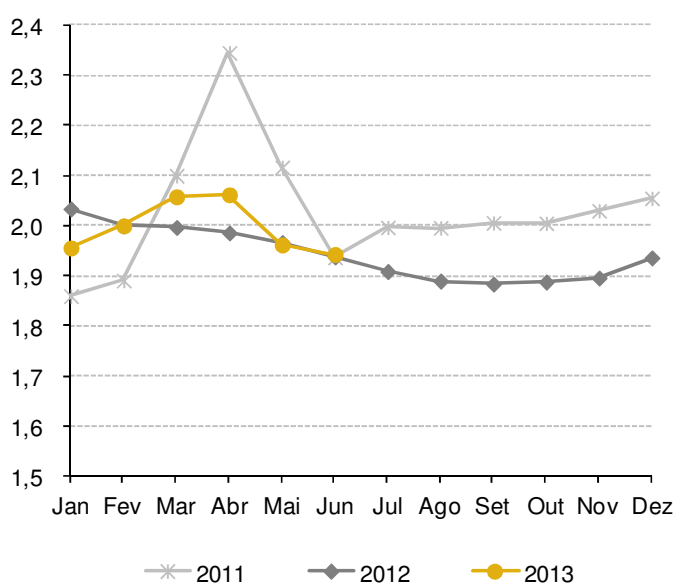
Em junho de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,94/ℓ, valor 0,3% superior ao registrado em junho de 2012.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)



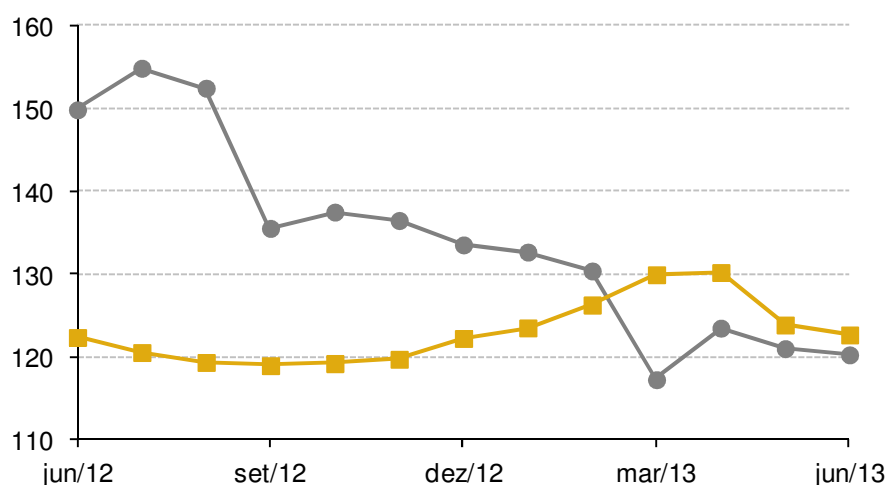
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em junho de 2013, foi de 79.988 mil m³, representando um aumento de 11% comparado à média verificada em junho de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 11% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em junho de 2013, foi de 39.685 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 94.877 mil m³/dia. Este montante é 12% superior ao observado em junho de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 29% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 31% em junho de 2013. Em junho de 2012, essa proporção havia sido de 34%.

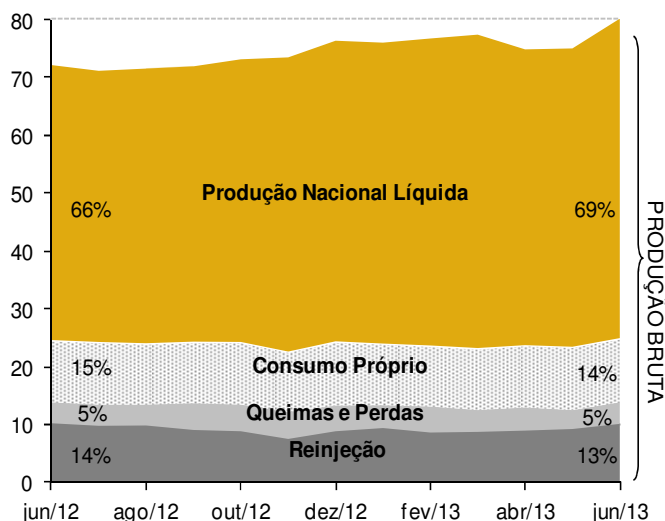
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Junho/2012	Média do período Jan-Jun/2012	Média em Junho/2013	Média do período Jan-Jun/2013
Produção Nacional¹	71.982	68.760	79.988	76.531
- Reinjeção	10.321	10.319	10.177	9.268
- Queimas e Perdas	3.570	3.728	3.717	3.813
- Consumo Próprio	10.561	10.619	10.903	10.623
= Produção Nac. Líquida	47.531	44.094	55.191	52.826
+ Importação	37.333	33.957	39.685	47.744
= Oferta	84.864	78.051	94.877	100.570

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

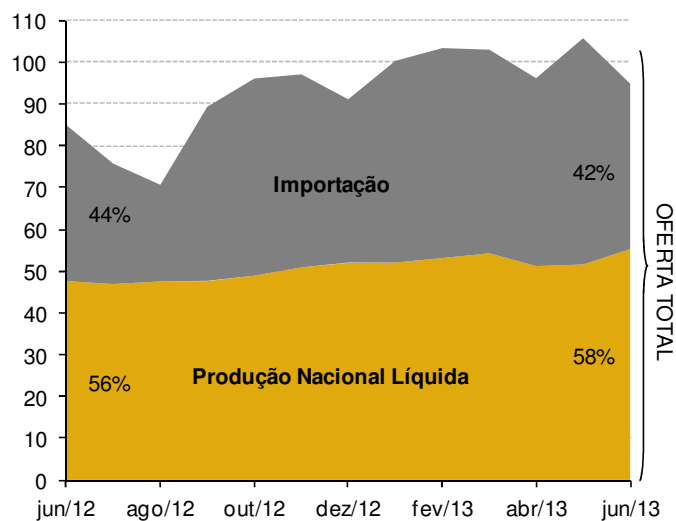
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



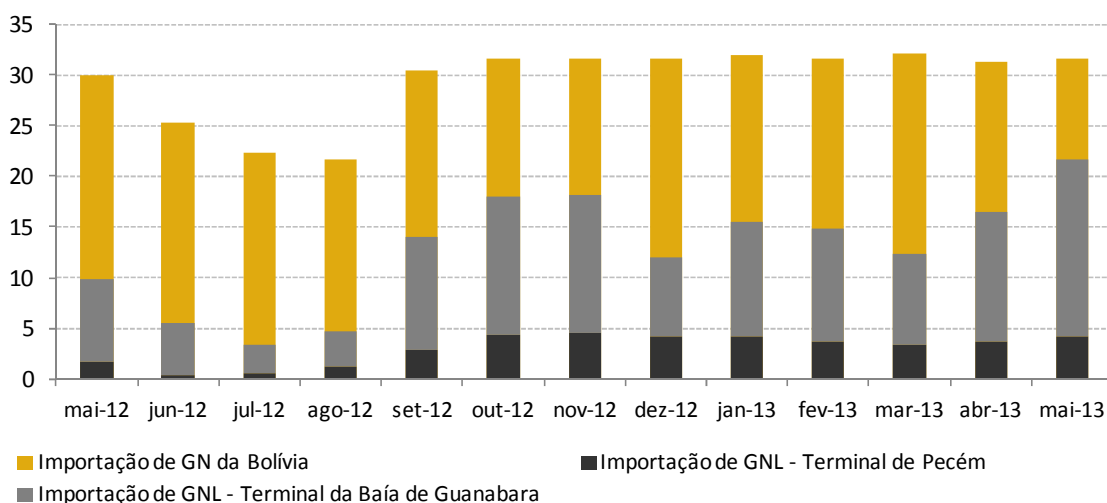
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em maio de 2013, foi de 32 milhões de m³/dia, volume 6% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, a importação média foi de 32 milhões de m³/dia, volume 16% superior ao importado no mesmo período de 2012.

Em maio de 2013, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 22 milhões m³/dia, montante 120% superior ao observado em maio de 2012. De janeiro a maio de 2013, a importação média de GNL foi de 16 milhões m³/dia. No mesmo período de 2012, a importação média havia sido um terço da observada em 2013.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em julho de 2013 foi, em média, de 65 milhões de m³/dia. Essa média é 42% superior ao volume médio diário consumido em julho de 2012. No acumulado do ano, o consumo apresentou crescimento de 37%.

O setor industrial, em julho de 2013, consumiu 28,9 milhões de m³/dia de gás natural, não variando em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial apresentou queda de 2%.

A manutenção do despacho das térmicas a gás para assegurar o suprimento de energia elétrica do País ancorou o aumento do consumo de gás natural no período. As térmicas utilizaram, em média, 28,3 milhões de metros cúbicos por dia de janeiro a julho de 2013, volume 147% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 41% do volume total de gás consumido em julho de 2013. O setor foi seguido pela indústria responsável por 40% do consumo de gás natural em julho de 2013.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Julho/2013	Jan-Jul/2013	Jul-2013/ Jul-2012	Acumulado do Ano
Industrial	28.845	28.022	0	-2
Automotivo	4.999	5.066	-3	-4
Residencial	1.183	950	13	7
Comercial	795	732	7	4
Geração Elétrica	23.056	28.252	326	147
Co-geração*	2.645	2.511	-15	-18
Outros	3.036	4.148	208	287
Total	64.558	69.681	42	37

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

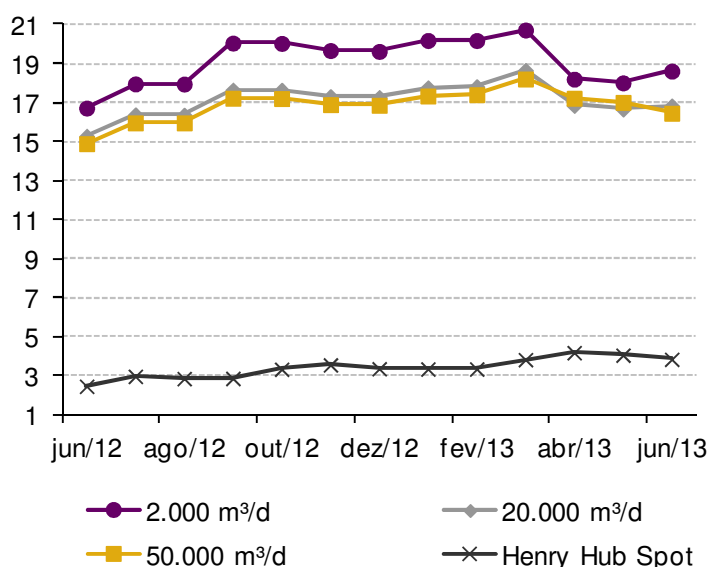
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em junho de 2013, foi de US\$ 17,30/MMBTU, valor 10,71% superior ao apresentado em junho de 2012 (US\$ 15,62/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em junho de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,83/MMBTU, valor 57% superior ao apresentado em junho de 2012 (US\$ 2,45/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

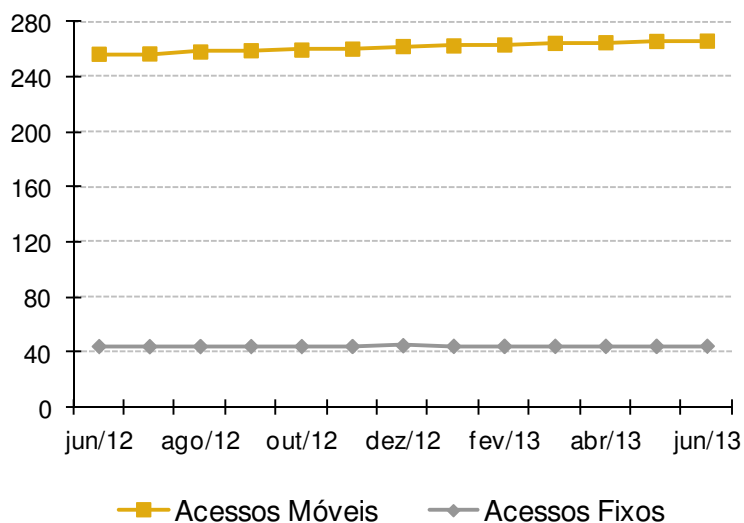
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em junho de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 266 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em junho de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em maio de 2012.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



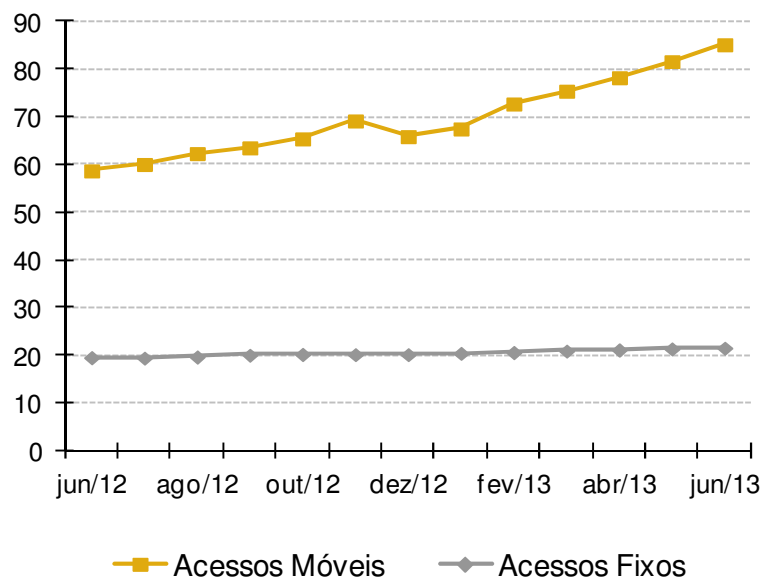
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em junho de 2013 foi de 85,2 milhões, montante 45% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a maio de 2013, os acessos de internet móvel foram 4% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de junho de 2013, um crescimento de 10% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a abril de 2013, os acessos a internet fixa foram 1% superiores.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em junho de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 19% em relação a junho de 2012, enquanto a movimentação de granel líquido foi 7% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em junho de 2013, foi 14% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em junho de 2013, os TUPs representaram 68% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 48.461 mil toneladas, volume 3% inferior ao de junho de 2012. Os portos públicos movimentaram 22.453 mil toneladas em junho de 2013, volume 80% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em junho de 2013 foi de 727,891 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 30% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

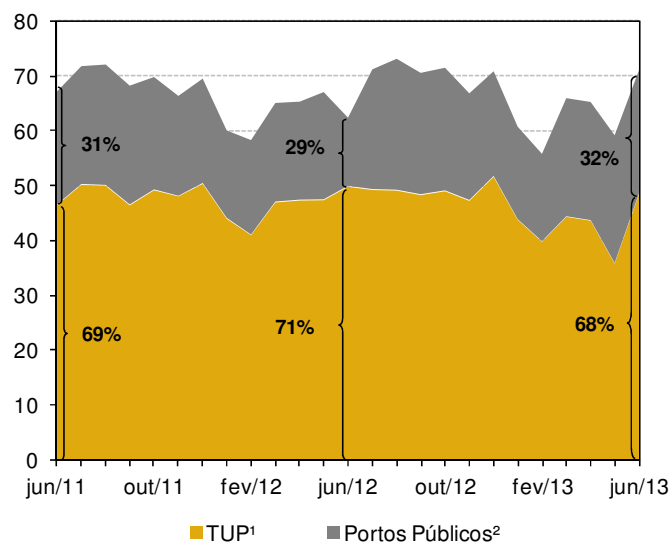
	Período		Varição %
	Jun/2012	Jun/2013	Jun-2013 / Jun-2012
Granel Sólido (a)	41.963	49.832	19%
<i>Portos Públicos</i>	9.131	17.649	93%
<i>TUPs</i>	32.832	32.183	-2%
Granel Líquido (b)	17.072	18.251	7%
<i>Portos Públicos</i>	2.571	3.718	45%
<i>TUPs</i>	14.501	14.533	0%
Carga Geral Solta (c)	3.287	2.831	-14%
<i>Portos Públicos</i>	783	1.085	39%
<i>TUPs</i>	2.503	1.745	-30%
Total (a+b+c)	62.322	70.913	14%
<i>Portos Públicos</i>	12.486	22.453	80%
<i>TUPs</i>	49.836	48.461	-3%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (110 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

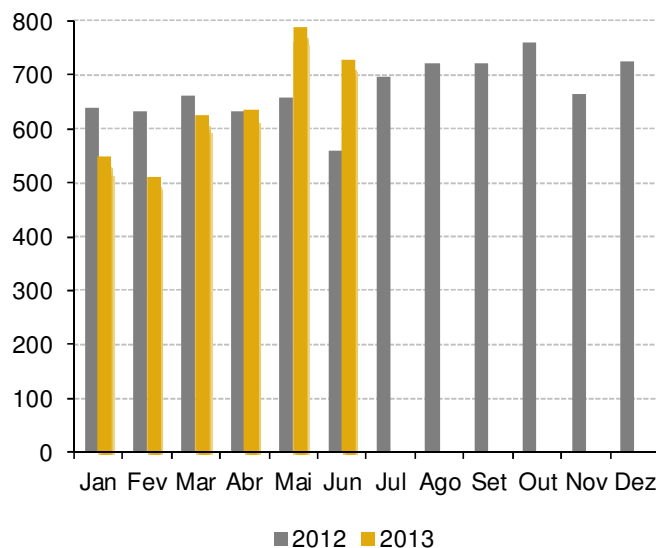


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (110 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (110 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

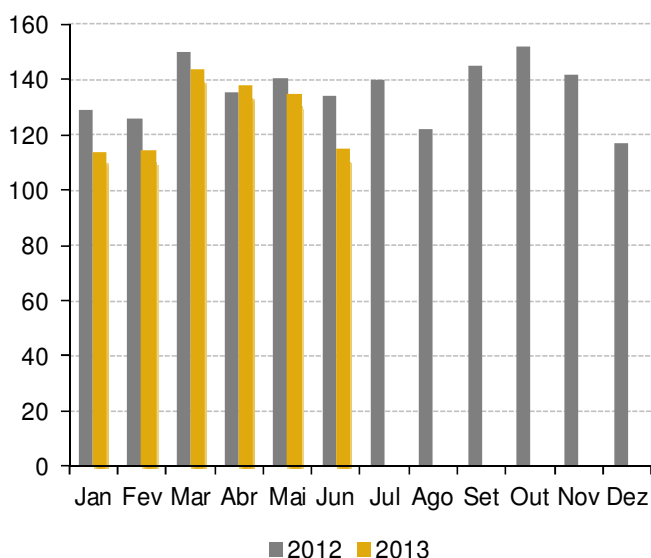
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes a Infraero Cargo junto as informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília.

Em junho de 2013, 15,1 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 8% inferior ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

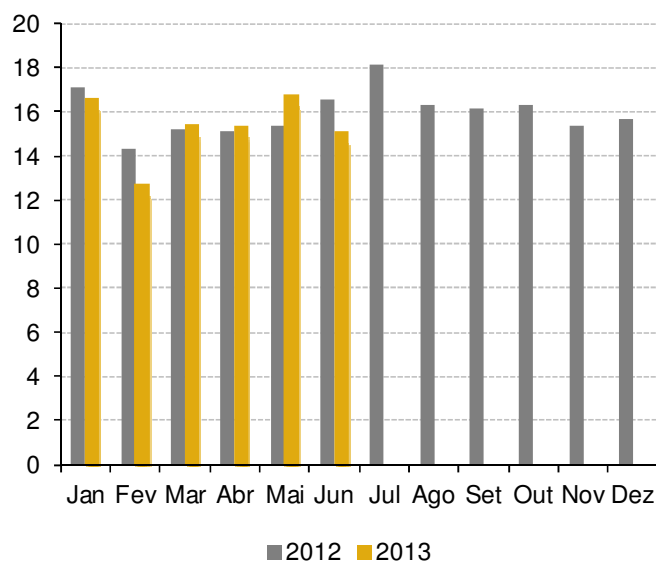
A movimentação de carga aérea total no País, em junho de 2013, foi de 114 mil toneladas, montante 15% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a junho de 2013, foi de 222 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 1% superior ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (123%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado entre janeiro e junho de 2013.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Jun

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Jun (mil TU)	Jan-Jun (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	171.783	166.602	9
Soja e Farelo de Soja	14.098	15.399	-22
Produção Agrícola (exceto soja)	6.751	4.474	123
Indústria Siderúrgica	6.844	8.296	-18
Carvão/Coque	5.571	5.535	0
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	4.460	4.858	-10
Grãos Minerais	3.552	4.684	-31
Extração Vegetal e Celulose	2.313	2.299	-5
Azubos e Fertilizantes	2.094	2.758	-29
Indústria Cimenteira e Construção Civil	1.675	2.349	-35
Cimento	1.416	1.480	-4
Container	1.359	1.204	15
Carga Geral - Não Containerizada	104	137	-38
Total	222.021	220.074	1

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em junho de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 57 milhões de toneladas, montante 3% superior ao averiguado em junho do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 93%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Jun/2013	Jan-Jun/2013	Jun-2013 / Jun-2012	Acumulado do ano
Marítimo	53.085	310.047	2	4
Fluvial	1.673	7.360	29	15
Aéreo	104	684	-27	-4
Ferrovário	39	299	-21	-1
Rodoviário	901	5.543	12	4
Outros*	1.039	6.144	21	32
Total	56.841	330.077	3	4

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em junho de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 6,1 bilhões, valor 167% superior ao aportado em junho de 2012.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Junho/2012 R\$ milhão	Junho/2013 R\$ milhão	Participação %
Refino e Álcool	61	273	4
Energia Elétrica e Gás Natural	578	3.541	58
Saneamento	142	121	2
Telecomunicações	14	50	1
Transporte	1.503	2.151	35
<i>Aéreo</i>	6	318	-
<i>Aquaviário</i>	271	67	-
<i>Terrestre</i>	1.226	1.766	-
Total Infraestrutura	2.298	6.136	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 2,3 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 91,2 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 4% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,9 bilhões o que representa 17% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R\$ 30 bilhões, o que representa 33% da dotação autorizada. Até o dia 28 de agosto, foram liquidados R\$ 6,9 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 5,8 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 27,6 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,9 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R\$ 7 bilhões (44% da dotação). Até o dia 28 de agosto, foram liquidados R\$ 859 milhões e pagos do orçamento R\$ 757 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 5,6 bilhões.

Cerca de 83% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 1,8 bilhões, ou 12%), hidroviário (R\$ 288 milhões) e outros (R\$ 658 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R\$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 67,4 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2013.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 34% foram pagos até 28 de agosto (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos também correspondem a 31% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 60,7 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 29% no Ministério das Cidades (R\$ 17,3 bilhões) e 25% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,2 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 32,6 bilhões (54% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 8,4 bilhões até 28 de agosto. O pagamento realizado foi de R\$ 7,5 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 20 bilhões. Restam R\$ 32 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 28/08/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.586	76	5	14	1	14	1	117	130	637
MAPA	1.367	263	19	8	1	6	0	495	501	622
MCTI	1.605	399	25	151	9	106	7	362	468	740
MDIC	233	66	28	11	5	11	5	32	42	47
MME	215	25	11	11	5	8	4	39	46	18
M. Transportes	15.899	7.034	44	859	5	757	5	4.240	4.997	8.332
M. Comunicações	195	35	18	0	0	0	0	43	44	84
MMA	196	83	42	2	1	2	1	58	59	31
MDA	4.357	1.789	41	68	2	39	1	667	706	1.275
M. Defesa	9.821	6.238	64	2.621	27	2.301	23	3.248	5.549	3.877
M. Int. Nacional	7.914	3.910	49	1.120	14	1.089	14	1.877	2.967	3.887
M. das Cidades	9.561	2.128	22	190	2	158	2	2.030	2.188	10.359
Outros**	38.259	8.044	21	1.868	5	1.286	3	8.596	9.882	18.413
Total	91.209	30.090	33	6.924	8	5.776	6	21.804	27.580	48.322

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 28/08/2013*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	1.830	726	40	171	9	119	7	861	981	1.126
Hidroviário	288	0	0	0	0	0	0	10	10	264
Rodoviário	13.123	6.085	46	655	5	605	5	3.776	4.381	6.575
Outros	658	223	34	33	5	33	5	231	263	367
Total	15.899	7.034	44	859	5	757	5	4.878	5.635	8.332

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 28/08/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-3	38	71
União	4.696	-482	1.119	3.095

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 28/08/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-300	4.202	8.261
União	67.411	-1.499	20.685	45.227

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 28/08/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.836	1.204	42	0	0	0	0	914	914	414
M. Planejamento	2	1	27	0	15	0	15	0	0	0
MCTI	88	7	8	2	3	2	3	17	19	79
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	160	160	0
MEC	5.270	564	11	176	3	144	3	1.185	1.329	2.059
M. Minas e Energia	376	164	44	37	10	32	9	130	162	91
M. Saúde	2.864	1.183	41	516	18	52	2	618	671	2.784
M. Transportes	15.159	7.217	48	864	6	761	5	4.331	5.092	8.135
M. Cultura	831	351	42	63	8	63	8	117	180	171
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	7	7	0
MDA	3.459	1.623	47	0	0	0	0	465	465	795
M. Defesa	4.207	4.191	100	1.907	45	1.641	39	1.548	3.189	2.446
M. Integr. Nacional	5.713	3.456	60	1.076	19	1.050	18	1.539	2.589	2.141
M. Turismo	697	697	100	0	0	0	0	0	0	0
M. Desenv. Social	823	0	0	0	0	0	0	289	289	15
M. Cidades	17.321	11.366	66	2.916	17	2.883	17	8.779	11.662	12.874
Total	60.720	32.635	54	8.446	14	7.494	12	20.118	27.612	32.007

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 03 de setembro de 2013.